



A pauta na capa: a mídia corporativa como porta-voz do controle e ordem social na cidade do Rio de Janeiro

The agenda on first page: corporate media as the spokesman for control and social order in the city of Rio de Janeiro

Marcio Castilho*

Tatiana Lima**

RESUMO

Busca-se avaliar o enquadramento jornalístico feito pelos jornais da mídia corporativa que legitimam e medeiam a pauta pública e a estratégia da política de segurança pública do Rio de Janeiro, recorrendo à cobertura de notícias sobre os protestos realizados nas ruas da cidade durante o “Junho Furioso”. A partir do uso de semânticas estereotipadas para noticiar o fato jornalístico pela imprensa, será avaliada a criação de um imaginário social coletivo como espaço público de disputa de hegemonia conforme a concepção gramsciana, criminalizando midiaticamente as áreas pobres da cidade do Rio de Janeiro para obtenção de um controle da ordem pública.

Palavras-chave: Mídia corporativa; Hegemonia gramsciana; Política de Segurança Pública; “Junho Furioso”; Controle e ordem social.

ABSTRACT

This article evaluates the journalistic framing by corporate media, which legitimize and mediate the public agenda and Rio de Janeiro's public security policy strategy, using the news coverage of the protests in the city streets during the "Furious June". Drawing on the stereotypical use of semantics for journalistic fact reporting by the press, the creation of a collective social imagination will be evaluated as a public space of dispute for hegemony as in Gramsci's conception, mediatically criminalizing the poor areas of the city of Rio de Janeiro with the aim of controlling public order.

Keywords: Corporate media; Gramsci's Hegemony; Public Security Policy; "Furious June"; Control and social order.

INTRODUÇÃO

Há quase 30 anos, desde o histórico comício das Diretas Já”, o Centro do Rio não via tanta gente reunida numa manifestação: um milhão de pessoas marcharam pela Avenida Presidente Vargas ontem (20/6), com cartazes que refletiam sua insatisfação com problemas sociais. Mas, ao contrário da passeata de 1984, o protesto de ontem teve um desfecho

* Doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), professor da UFF e jornalista. Universidade Federal Fluminense. Endereço: Rua Lara Vilela 126, São Domingos, 24210-590 - Niterói, RJ. Telefone: (21) 2629-9762. E-mail: castilhorio@terra.com.br

** Mestranda em Mídia e Cotidiano pela Universidade Federal Fluminense (UFF) e jornalista. Endereço: Rua Felisbello Freire, 189, apto 203, Ramos, CEP 21031-250 - Rio de Janeiro. Telefone: (21) 99665-7892. E-mail: tatianalima@limao.com.br

marcado por cenas de violência em frente à sede da Prefeitura, na Cidade Nova, na Central do Brasil, no Terreirão do Samba e outros pontos.

Lead da notícia “Bundões estragam protesto do povo”, publicada em 21 de junho de 2013, no jornal *Meia-Hora de Notícias*.

Sexta-feira, 21 de junho de 2013. Um dia após a grande manifestação no Rio de Janeiro que levou um milhão de pessoas às ruas para protestar em 20 de junho de 2013, os jornais impressos cariocas repercutem a marcha popular do período histórico, classificado como “Junho Furioso” pelo repórter Piero Locatelli (2013) no livro “#VemPraRua”, para se referir à onda de diversas manifestações populares convocadas pela rede social Facebook, que ocuparam as ruas de diversos estados do Brasil pela redução da tarifa de ônibus, incluindo a cidade do Rio de Janeiro.

Dentre as diversas capas de jornais com a mesma pauta que chegam às bancas naquela sexta-feira (21/6/2013), as dos diários de *O Globo*, *O Dia* e *Meia-hora de Notícias*, chamam atenção pelos diferentes enquadramentos jornalísticos usados do mesmo fato, assim como o conteúdo das notícias vinculadas nas páginas internas dos periódicos citados entre os dias 22 e 26 de junho. Principalmente, pela dicotomia do enquadramento jornalístico dado por cada veículo para reportar o uso da violência por policiais e manifestantes e quanto à destruição de patrimônio público e privado durante os protestos, seja nas vias públicas do Centro do Rio de Janeiro ou em ruas dos bairros da Zona Sul e da Zona Norte da cidade.

Segundo a perspectiva da Sociologia Cultural de *carrier-groups* formulada por Jeffrey Alexander (2002, apud MELO, 2008, p.1), existem grupos na estrutura social que estão na condição de porta-vozes de determinados fatos sociais. Eles assumem a posição dianteira da elaboração de um discurso sobre a sociedade de modo a torná-los visíveis, a ponto de institucionalizar um episódio como parte da cultura de uma sociedade.

No papel de *carrier-groups*, eles conduzem o discurso da pauta pública uma vez que se constituem em grupos de pressão de poder sobre a sociedade, por representar o papel de perpetuar a memória coletiva de um segmento social ou sobre fatos relacionados a ele, através de eventos considerados traumáticos ou relevantes para os demais grupos sociais.

Os *carrier-groups*, portanto, funcionam como instituições sociais legitimadoras da estrutura social por serem espaço de visibilidade discursiva de múltiplos indivíduos, sendo responsáveis pelas construções discursivas acerca de eventos relevantes. Esse papel de legitimação, pressão e hegemonia de ideologias é exatamente a função que desempenham os discursos midiáticos do setor de comunicação corporativo na sociedade.

De acordo com o autor Dênis de Moraes (2009), a noção de imaginário social é fundamental para a compreensão do universo de representações simbólicas que caracterizam os valores e crenças de uma determinada sociedade (2009, p.29). Esse imaginário social também é composto por relações imagéticas que, em conjunto, atuam como memória afetiva de uma cultura mantida e sustentada pela comunidade a partir de um suporte ideológico.

Essa base permeia as crenças e valores dessa memória afetiva encadeada através desse imaginário construído, o mesmo que pode atingir as “aspirações, os medos e as esperanças de um povo” (MORAES, 2009, p.30). É através desse imaginário que um povo pode esboçar suas identidades e objetivos, detectar inimigos e organizar seu

passado, presente e futuro. Portanto, será este imaginário cultural social construído por essas relações imagéticas e representações simbólicas que estará “no cerne da batalha das mídias na contemporaneidade para a construção de uma hegemonia cultural” (MORAES, 2009, p.30).

Ora, se as mídias funcionam como instrumento de fabricação de sentido em torno da narrativa de um fato histórico, funcionando como o *carrier-group* da massificação de um determinado olhar e produção de sentido sobre um acontecimento, então podemos afirmar que as mídias, enquanto grupo corporativo, operam como porta-vozes da construção de imaginário social coletivo. Elas transformam a experiência ligada ao cotidiano urbano, por exemplo, da representação da violência, conforme o pressuposto teórico de noção de imaginário social de Moraes (2009). Segundo ele, quando se busca neutralizar ou silenciar representações, identidades e aspirações presentes em um contexto histórico-social, o desejo por trás de tal ação é o de impedir que expressões singulares desordenem a memória que se quer oficializar ou contraditem as linhas do imaginário fixadas perante a comunidade (MORAES, 2009, p.30).

Isso remonta ao conceito de “ecos da percepção gramsciana da contemporaneidade da hegemonia cultural” ressaltada por Moraes (2009). Ele estabelece que o uso de símbolos e linguagens para a criação de um imaginário social coletivo serve como ferramenta de disputa de classe e defesa de interesses políticos econômicos no campo da hegemonia cultural, através da plataforma da comunicação: é a batalha das mídias hegemônicas e contra hegemônicas. Portanto, em meio a relações de poder, será a luta de classes que determinará a interpretação dos fatos históricos por intermédio de signos fixos e constantes que se protegem de contradições: “aquilo que está dado e aparece como representação do real, como verdade” (MORAES, 2009, p.45).

Nessa perspectiva teórica, apresentamos para o debate neste artigo o cenário político que permeia a estratégia de segurança pública e a criminalização de manifestantes com cobertura do noticiário produzido pelos jornais *O Globo*, *O Dia* e *Meia-Hora de Notícia*, dos protestos de ruas durante o “Junho Furioso”, no período de 21 a 26 de junho de 2013, na cidade do Rio de Janeiro. O objetivo é avaliarmos essa cobertura a partir da caixa de ferramenta da sociologia cultural de *carrier-groups* (ALEXANDER, 2002); e de ecos da percepção gramsciana da contemporaneidade da hegemonia cultural conforme destacadas por Moraes (2009).

Acreditamos que tais mídias da comunicação corporativa exerceram no “Junho Furioso” a função de porta-vozes de sentidos, símbolos e discursos quanto à representação da violência e de disputa de visão política dos protestos de ruas no Rio de Janeiro, no imaginário social da população (e não apenas disseminadores de informações sobre um fato).

A mídia na função de *carrier-groups* teria atuado como constantes vigilantes de signos para disputar a hegemonia cultural construindo o imaginário social a respeito do fato histórico, por meio do enquadramento atribuído às notícias, o que traz reflexos diretos na informação que chegou à opinião pública, servindo de substrato para disseminação de um consenso que auxilia na dominação e poder de uma determinada classe social.

HEGEMONIA GRAMSCIANA

Inicialmente, faz-se necessário dizer que a análise social efetivada por Gramsci e ressaltada por Moraes (2009) tem o objetivo de transformação social da realidade.

Essa mudança ocorre a partir da disputa de classes no campo das ideias, ou seja, da hegemonia cultural, de uma sociedade. Para Gramsci, a hegemonia é o modo pelo qual a classe burguesa, que detém o poder político, econômico e cultural, estabelece e mantém a sua dominação perante os outros segmentos do estrato social.

Nas sociedades denominadas por ele como modernas (onde prevalece o Estado Ampliado¹), uma classe social mantém o seu domínio não somente pelo uso da força, mas exercendo também uma liderança moral e intelectual e fazendo concessões (com certos limites) às ideias de outros segmentos sociais. Para Gramsci, as instituições de hegemonia se encontram na sociedade civil enquanto a sociedade política estaria marcada por disputas das instituições políticas no sentido constitucional jurídico. Mas essa separação seria apenas metodológica uma vez que esses campos da sociedade mantêm uma relação constante na realidade social.

Para Gramsci, a hegemonia se basearia em um consentimento ativo: uma vontade coletiva em torno de um fato ou uma ação que uniria, no campo cultural, os diversos grupos sociais levados a identificar-se, ou não, com os consensos construídos pela classe dominante da estrutura social. É por isso que a hegemonia não pode ser classificada como uma falsa consciência ou mera manipulação das massas. Os diferentes segmentos do estrato social inseridos na luta de classes pensam de acordo com os mais variados elementos. Inclusive, com ideias que contradizem a ideologia dominante ao constituírem a experiência cotidiana.

A hegemonia aconteceria pela construção diária feita a partir da coerção do aparelho estatal de diferentes elementos de grupos sociais e da formação do consenso social, porque o Estado precisa ser legitimado não só por uma sociedade política ou pela força, mas também pela conquista de ideias, do apoio da sociedade civil.

A coerção é utilizada pelo Estado de forma legal (Poder Judiciário, Legislativo e Executivo) para conter os indivíduos e grupos que escapam ao consenso, em especial em períodos de crise de comando e direção, quando o Estado lança mão de expressiva repressão, como em manifestações e protestos políticos a partir do uso da força policial, por exemplo, ou dos dispositivos jurídicos, legislativos e executivos para detonar uma série de medidas para coibir essa crise. Dessa forma, visa definir e manter o *status quo* que legitima um poder, uma classe na estrutura social.

Moraes (2009), ao examinar tensões e utopias para trabalhar com o tema da noção do imaginário social, hegemonia cultural e comunicação, chama-nos atenção sobre o campo justamente dessas disputas ideológicas pela conquista da hegemonia cultural: a formação do consenso elucubrado por Gramsci. Ele nos convida a refletir sobre

¹ O conceito de Estado Ampliado remete ao desenvolvimento das chamadas “sociedades ocidentais” onde impera a dominação de classe a partir do consenso, contrariamente às “sociedades orientais” pautadas, sobretudo, pela ação coercitiva do Estado, enquanto que, para Gramsci, o Estado é a própria sociedade organizada de forma soberana. A sociedade, portanto, é assim vista como uma organização constituída de instituições complexas, públicas e privadas, articuladas entre si, cujo papel histórico varia através das lutas e relações de grupos específicos e poderes, que se articulam pela busca da garantia da hegemonia dos seus interesses. Em sua concepção “ampliada do Estado” a sociedade civil como uma sociedade política rompe com a ideia do Estado como representante exclusivo da burguesia, de Marx e outros marxistas, identificando que quem tem a hegemonia do aparato estatal deve se preocupar com a questão da legitimidade do governo, pois nenhum poder se sustenta só na sociedade política, mas também com a sociedade civil (constante paradoxo entre força e consenso). Assim, legitimação e acumulação do capital não são funções que derivam de uma natureza instrumental do Estado para manter a ordem e harmonia, mas são essencialmente resultantes do conflito entre as forças presentes na sociedade e dentro do próprio Estado/aparelho estatal. *O estado em Marx e a teoria ampliada do estado em Gramsci*. Silva, Maria Euzimar Berenice Rego. Disponível em:

<<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c5.pdf>>.

Acesso em 02 jan. 2014.

como ocorre a conquista desse suposto consenso, desvelar o significado dos “jogos de consenso e dissenso que caracterizam e condicionam a difusão simbólica do imaginário social”, a partir do campo da comunicação, da batalha das ideias na mídia (MORAES, 2009, p.35).

Para ele, a aquisição e formação da noção de imaginário social são ideológicas e acontecem a partir de plataforma comunicacionais: os veículos de comunicação como, por exemplo, os jornais. Conforme destacado pela concepção teórica de Gramsci ressaltado por Moraes (2009), os jornais são instrumentos de intervenção na formação da opinião pública, logo, na formação de consenso, porque determinam o olhar sobre fatos histórico-políticos e culturais, produzem motivações éticas, e assim atuam como aparelhos privados de hegemonia. Em especial, os jornais corporativos devido ao elemento econômico do jornal da mídia corporativa, elaborado como um produto. É por isso que os jornais da mídia corporativa estabelecem e pactuam com a construção do consenso da hegemonia cultural estatal da classe dominante. A mídia na função de *carrier-groups* depende da manutenção do poder vigente e ganho de aliados para executar seus projetos políticos e ganhar capital, seguir sendo o campo de disseminação e construção do consenso que a condiciona como a representante da difusão simbólica do imaginário social. Ou seja, para existir como um poder por exercer o papel de mediadora e porta-voz dos desejos da sociedade.

Por isso Moraes (2009) destaca que, para Gramsci, formar a opinião pública é uma operação ideológica que está associada à disputa pelo monopólio dos órgãos formadores de consenso, dentre eles os meios de comunicação. “É no domínio da comunicação que se esculpem os contornos ideológicos da ordem hegemônica e se procura reduzir ao mínimo o espaço de circulação de ideais alternativas e contestadoras” (MORAES, 2009, p.46).

Da perspectiva gramsciana apresentada e reflexões sobre o imaginário social e de *carrier-groups* destacadas, partimos para analisar a materialidade discursiva da cobertura jornalística dos protestos de rua do período classificado por Locatelli (2013) de “Junho Furioso”, impresso em capas e páginas internas dos jornais *O Globo*, *O Dia* e *Meia-Hora de Notícias*. Principalmente, das edições veiculadas no dia 21 de junho de 2013, considerando os jornais como porta-vozes da produção de sentido de um cotidiano que forma o consenso disseminado na hegemonia cultural da opinião pública.

São edições de jornais que servem, portanto, de palco à disputa de classes na sociedade porque corroboram com uma cultura do controle da ordem social vigente que criminaliza a pobreza para manutenção do *status quo* do capital. Não apenas pelos signos, símbolos e linguagem que usam, mas principalmente pelo “não dito” (FOUCAULT, 1970) nas mensagens legitimadas dos enquadramentos jornalísticos atribuídos à narrativa dos protestos de ruas do período destacado, produzindo certos silêncios pela informação não vinculada no imaginário cultural social. Pela informação que foi escolhida para não configurar a narrativa, pela memória ausentada no relato do fato histórico do “Junho Furioso”.

CAPAS E “SENTENÇAS” JORNALÍSTICAS

Para exemplificar a análise proposta, primeiramente, vamos nos debruçar sobre a materialidade discursiva do enquadramento e construção da pauta executado pelo jornal *O Dia*, em 21 de junho de 2013. Para registrar a maior manifestação política de rua da história do Rio de Janeiro, o periódico produziu duas capas para a mesma edição, ambas publicizadas na página do jornal na rede social Facebook.

Na versão da edição de 21 de junho de 2013, o jornal que à época era produzido em formato *berliner*, utilizou um recurso de diagramação de foto “sangrada” na capa e contracapa (figura 1) para poder publicar uma foto panorâmica do protesto na Avenida Presidente Vargas, na altura da Central do Brasil, tomada por um milhão de pessoas, com a seguinte manchete: “A onda cresce sem controle”. No canto esquerdo, em um retângulo no tamanho de 10x15, compõe o quadro uma segunda foto em que é possível ver manifestantes encapuzados e de costas segurando um pedaço de pau e, ao fundo, a fumaça de bombas de efeito moral, além de diversos manifestantes correndo em frente a Central do Brasil. O *lead* publicado na capa do jornal diz:

Passeata de quase 1 milhão ocupou a Avenida Presidente Vargas. Mas de nada valeram os apelos pela paz. O Brasil dormiu com imagens assustadoras de saques, destruição e violência policial em várias cidades. Houve protestos em pelo menos cem. O descontrole aumentou as dúvidas sobre o futuro do movimento e do Brasil. (A onda cresce sem controle, *O Dia*, 21/06/2013).

Figura 1: Capa jornal O Dia, 1ª edição de 21/6/2013



Fonte: O Dia

Já na segunda versão, o jornal optou por trocar a foto principal da capa anterior (figura 2) e a manchete, alterando a percepção do fato e a produção de sentido por escolher outro ângulo para noticiar o protesto de rua realizado em 20 de junho de 2013. Para a capa, o periódico utilizou outra imagem (que também ocupa o espaço do jornal da capa e contracapa, em perspectiva panorâmica) com policiais da tropa de choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PEMERJ), dispersando uma multidão na Avenida Presidente Vargas, tendo uma barreira humana à frente protegida por pedaços de chapas de alumínio de um muro destruído. Chama atenção o cartaz segurado por um manifestante encapuzado no qual se pode ler a seguinte mensagem: “Greve Geral”. Na capa, o jornal traz a seguinte manchete: “Violência sem controle”, acompanhado com o mesmo *lead* usado na versão da 1ª edição. Porém, a foto anterior da Avenida Presidente Vargas tomada por cerca de um milhão de pessoas passou a ocupar, nesta edição, o canto esquerdo de um retângulo no tamanho de 20x15.

Figura 2: Capa jornal O Dia, 2ª Edição de 21/06/2013



Fonte: O Dia

A produção de sentido construído pela capa da 1ª edição e da 2ª edição tem diferenças significativas, ainda que as duas se pautem a partir do mesmo *lead* publicado na capa do jornal: a violência nos protestos de rua. A foto e a manchete “A onda cresce sem controle” da 1ª edição do jornal *O Dia*, nos transmitem a representação imagética de que tanto pode ser o movimento das manifestações que ascendem como também passam à representação de que são: os atos de violência que aumentam em ambos os casos, sem controle. Já na 2ª edição, a manchete “Violência sem controle”, publicada junto com a imagem da tropa de choque da polícia em perspectiva destacada em foto em panorâmica, cria a representação no imaginário social de que somente a violência está sem controle. Uma falta de controle que pode ser tanto da polícia como dos manifestantes. Porém, ambas as capas do jornal *O Dia* pautam o reestabelecimento da ordem pública, o controle do processo de manifestação e a perda de freios de governabilidade.

Moraes (2009) destaca que os símbolos e a linguagem usados por um grupo social revelam o que está por trás da organização da sociedade e do próprio entendimento da história, ponderando que a eficácia política vai depender do grau de reconhecimento das representações no imaginário coletivo. Como ativador do campo imaginário, temos o código operacional da linguagem, que facilita a comunicação e é usado desta forma como um poder de disputa, por ser reconhecido como o meio simbólico essencial à constituição de um código como meio de identificação dos sujeitos. “No domínio da linguagem, podemos propor, estabelecer e alterar significados de fatos, objetos e coisas no mundo, dependendo da capacidade de legitimar tais significados através de sua incorporação pela coletividade” (MORAES, 2009, p.31). O autor ainda ressalta que a linguagem, para Gramsci, acrescenta os elementos de concepção de mundo e de uma cultura.

Produto jornalístico da mesma organização de comunicação que produz o jornal *O Dia*, a Empresa Jornalística Econômica S/A (Ejesa), o periódico “popular” *Meia-Hora de Notícias* ampliou mais ainda, por meio de linguagem e da representação imagética, as dicotomias presentes na produção de sentidos construída pela cobertura midiática sobre os protestos de rua do “Junho Furioso”, atribuídas às capas dos jornais dos veículos de comunicação da empresa em 21 de junho. Isso porque as duas capas produzidas pelo jornal *Meia-Hora de Notícias* são díspares e produzem efeitos de sentido opostos ao mostrar uma visão de mundo que está em disputa de classe por

meio da formação de um consenso, de uma opinião pública, conforme a concepção de hegemonia gramsciana.

O jornal considerado “popular” produziu duas versões de capas para a edição nº 2714 veiculada em 21 de junho de 2013. A primeira nunca chegou às bancas de jornal, mas foi consumida por parte dos leitores e seguidores do periódico na comunidade do jornal no Facebook com a seguinte manchete: “Chega! Quebra-quebra começa após polícia aterrorizar manifestantes” e “PM vandaliza ato no Rio de Janeiro”. Na capa, o jornal destaca a imagem de um blindado conhecido como “caveirão” do Batalhão de Operações Especiais (BOPE) da Polícia Militar, disparando algum tipo de munição (não há como identificar qual seria) com policiais em frente à sede da prefeitura do Rio de Janeiro, na Avenida Presidente Vargas, no Centro do Rio de Janeiro, no local onde era realizado o protesto de rua que juntou mais de um milhão de pessoas em 20 de junho de 2013.

Gramsci (apud Moraes, 2009), ao referir-se ao momento catártico como “o ponto de partida da filosofia da práxis”, situa as ações de contra-hegemonia como “instrumento para criar uma nova forma ético-política” que possa resultar na superação das condições de subalternidade e marginalização de amplos estratos sociais (p.42). É justamente por isso que a primeira versão de capa do jornal *Meia-Hora de Notícias* (figura 3) sobressai entre todas as publicações jornalísticas daquela sexta-feira (21/6/2013). Porque pela concepção gramsciana o enquadramento dado ao protesto de rua na capa pode ser considerado uma ação contra hegemônica em um produto jornalístico de massa produzido por um meio de comunicação inserido no sistema do capital.

A segunda versão de capa para a edição nº 2714 (figura 4) produzida pelo *Meia-Hora de Notícias* – a que chegou às bancas de jornal e foi vendida no dia 21 de junho de 2013– já traz outra concepção de produção de sentidos do fato narrado com a manchete: “Chega! Bundões estragam protestos do povo”, acompanhado de um “olho” (recurso de diagramação e edição no qual um parte do texto é destacado) com o seguinte texto: “O Rio queria ocupar as ruas e dar o seu recado numa boa, mas uma minoria de covardes insiste em partir pro vandalismo, espalhando o medo entre as pessoas de bem”. Além disso, o jornal optou por publicar outra imagem, uma foto que agora mostra manifestantes encapuzados e de costas chutando um muro de contenção do Terreirão do Samba, na Praça Onze, Centro do Rio de Janeiro.

Moraes (2009) resgata em seus estudos que, segundo pensamento de Gramsci, o trabalhador que lê regulamente um jornal “burguês” ajuda a manter com seu dinheiro esse produto do capital, “aumentando a sua potência” e esquecendo-se de que tais veículos “apresentam os fatos, mesmo os mais simples, de modo a favorecer a classe e a política burguesa com prejuízo à classe operária” (GRAMSCI, apud Moraes 2009, p.43). Moraes também cita a exemplificação de Gramsci a respeito da cobertura tendenciosa das greves feita por jornais burgueses: “Para o jornal burguês os operários nunca têm razão. Há manifestação? Os manifestantes, apenas porque são operários, são sempre tumultuosos, faccioso, malfeitores” (GRAMSCI, Apud Moraes p.44).

Fig. 3: Capa Meia-Hora de Notícias, edição nº 2714 de 21/06/2013, 1ª versão



Fonte: Meia-Hora de Notícias

Figura 4: Capa do jornal Meia-Hora de Notícias edição nº 2714 em 21/06/2013, 2ª versão



Fonte: Meia-Hora de Notícias

Em relação ao conteúdo jornalístico da cobertura do fato nas páginas 9, 10 e 11, outros elementos, como a linguagem usada para disseminar a informação, chamam atenção. Na página 9, um chapéu com o texto “Um mar de gente boa e meia dúzia de otários” dá início ao enquadramento jornalístico do fato que segue sendo contado como uma mistura de “orgulho e vergonha”, como o próprio título destaca. No

subtítulo, diz que “um milhão de pessoas protestam no Centro do Rio, mas ato histórico acaba em violência”. Como imagem, traz a igreja da Candelária, na Avenida Rio Branco, tomada de manifestantes. No texto da notícia, destaca a semelhança com a macha das “Diretas Já” e, em um pequeno *box* com o título “Depredação e fogo no Terreirão do Samba”, noticia as ações dos manifestantes classificadas de “vandalismo” na capa do jornal.

Já a página 10 é usada para contar como “Bundões perdem a linha” (título), frisando o fato de que “Vândalos que fingem ser manifestantes transformaram entorno da prefeitura em praça de guerra” (subtítulo). Como imagem, o jornal destaca manifestantes em meio à cavalaria da Polícia Militar e gás lacrimogêneo. No texto da notícia, algumas informações ajudam o leitor a tentar compreender a situação de conflito urbano descrito no jornal, que traz elementos narrativos de que a polícia reagiu aos atos de vandalismo e que alguns manifestantes assustados se refugiaram no Hospital Souza Aguiar. O jornal nesta segunda versão destaca também que manifestantes chegaram a sentar no chão e fazer fogueiras com lixo: “por trás dos tapumes, eles lançavam paus e pedras na direção dos PMs, que revidaram com balas de borracha e mais bomba de efeito moral lançadas do alto dos prédios”. Ou ainda que “luzes da Avenida Presidente Vargas chegaram a ser apagadas”. Nenhuma foto do “caveirão” “vandalizando” a população, conforme mostrado na primeira versão de capa do jornal, é utilizada no conteúdo da notícia na segunda versão, seja na capa ou em páginas internas.

A ponderação também toma como pressuposto as explicações de Moraes (2009), que delimita as corporações de mídia como executoras de um duplo papel estratégico na contemporaneidade. Moraes frisa que a mídia não legitima apenas o ideário global² “do ponto de vista da enunciação discursiva”, mas também transforma o discurso social hegemônico³ propagando visões de mundo e modos de vida que “transferem para o mercado a regulação das demandas coletivas” (MORAES, 2009, p.187).

Observa-se que o processo de produção de sentidos do discurso no cotidiano social pela sociedade, a partir dos conteúdos dos “meios” midiáticos ou de seus silenciamentos de discursos e ocultação de informações, pode reproduzir na prática uma subjetividade a serviço de um discurso hegemônico de poder porque, conforme ressalta Gramsci, os meios de comunicação são centrais na elaboração da opinião pública, assim como nas atitudes políticas (ALDÉ, 2004).

² A expressão ideário global é empregada por Moraes (2009) no sentido do conjunto de ideias políticas, econômicas e sociais que colocam em práticas objetivas do capital de uma sociedade fragmentada pelo enunciado discursivo midiático.

³ Aqui adotamos como discurso hegemônico social as narrativas da estrutura dominante na disputa de classes conforme os conceitos de sociedade civil e Estado Ampliado de Gramsci. Nesta concepção, esse Estado seria composto por uma sociedade civil e uma sociedade política, que compõem a superestrutura e uma sociedade econômica, que representa a estrutura. Essas três esferas, dialeticamente articuladas, comporiam a totalidade social. Ao considerarmos a noção delineada por Gramsci, temos assim a compreensão que “na noção geral de Estado entram elementos que devem ser remetidos à noção de sociedade civil (no sentido, seria possível dizer, de que Estado = sociedade política + sociedade civil, isto é, hegemonia coraçada de coerção)”. Essa noção ampliada de Estado em Gramsci caracteriza um movimento dialético de continuidade/ruptura ou conservação/superação da teoria marxiana clássica, ao incorporar novos e necessários elementos à dimensão da sociedade civil, a partir da descoberta dos aparelhos privados de hegemonia, a exemplo no caso dos pressupostos teóricos de Moraes (2009), temos a mídia corporativa como um dos aparelhos privados de distribuição dos consensos de hegemonia. A questão do Estado Ampliado e o conceito de sociedade civil em Gramsci. Santos, Paulo Roberto Félix dos. Disponível em <http://www.ets.unc.edu.ar/xxseminario/datos/2/2brFelixdosSanto_stamp.pdf>. Acesso em 02 jan. 2014.

Roland Barthes (1977) em suas elucubrações quanto à linguagem a percebe como um objeto no qual o poder está inscrito. A língua, portanto, está a serviço de um poder para implicar uma relação fatal de alienação num “jogo de máscaras languageiras” no qual, em cada signo, para ele, dorme um mostro: “um estereótipo” (BARTHES, 1977, p.13). Os pressupostos do filósofo italiano Giorgio Agamben (2003) também cotejam a ideia de que a linguagem deve ser percebida como um dispositivo de captura das consciências e exercício de poder. Isso porque a atual postura da *mass media* pode amplificar o efeito de discurso de poder na sociedade e agendar não somente a pauta social e política da cidade, como as práticas executivas da estrutura de poder dos aparelhos privados de hegemonia.

Dênis de Moraes (2009) lembra que, segundo Gramsci, aos jornais interessa conquistar como indivíduo e como expoente de uma associação humana (MORAES, 2009, p.44), pois como setor econômico o jornal nada mais é que a coluna de sustentação do poder do capital, por ser elaborado como uma mercadoria que depende do processo capitalista. Por isso, Moraes reflete que, na leitura de jornalismo integral de Gramsci, a mídia atua como legitimadora e aparelho privado de hegemonia “na medida em que procura intervir no plano político-cultural para organizar e difundir informações e ideias que concorrem para a formação do consenso em torno de determinadas concepções de mundo” (MORAES, 2009, p.44).

A partir desta visão proposta por Moraes e Gramsci (hegemonia em jornalismo), partiremos para analisar a capa e as respectivas páginas internas do conteúdo do mesmo fato histórico, os protestos de ruas do “Junho Furioso”, narrado pelo jornal *O Globo*, em dois momentos: na cobertura das manifestações realizadas no Conjunto de Favelas da Maré e os protestos feitos por moradores das favelas da Rocinha e do Vidigal.

BRASIL NAS RUAS, MAS “NÃO” NA MARÉ

A capa de *O Globo* referente ao protesto de rua na cidade em 21 de junho de 2013 traz um “chapéu” de abertura (recurso de edição e diagramação) que permeou toda a cobertura jornalística do fato histórico: “O Brasil nas Ruas”. O mesmo recurso jornalístico foi utilizado nas páginas internas do jornal. Para compor a capa (figura 5), *O Globo* também escolheu, a exemplo do jornal *O Dia*, as palavras “sem controle” para produzir a construção de sentidos da manchete da edição de 21 de junho. Para concluir a composição semântica de linguagem da capa, o jornal publicou o seguinte subtítulo: “Em noite de novos conflitos, depredações e saques, Itamaraty e prefeitura do Rio são atacados”. Como imagem de capa, o jornal optou por uma foto com manifestantes no espelho d’água do Palácio do Itamaraty, em Brasília.

Para composição da reportagem com a narrativa do protesto de rua de um milhão de pessoas no Rio de Janeiro, na página 6 da editoria *O País* do jornal (figura 6), *O Globo* utilizou também uma foto do “caveirão” do Bope, na Avenida Presidente Vargas, mas com policiais e manifestantes (alguns encapuzados, outros não) separados pelo blindado. Chama atenção o fato de um dos manifestantes estar encoberto por uma bandeira do Brasil, uma imagem que produz uma relação direta marcada pela representação ufanista disseminada discursivamente durante a ditadura civil-militar brasileira, ocorrida entre o período de 1964 a 1985.

Nesta reportagem, o jornal também traz o “chapéu” com a mensagem “O Brasil nas Ruas” como abertura para a manchete: “Radicais espalham destruição no Centro”, além do subtítulo “Manifestantes incendeiam carro e Terreirão do Samba, depredam cabines da PM e saqueiam lojas”. A composição de *O Globo* opta pelo uso de

símbolos de poder Executivo, policial e de clamor à pátria, como: o Palácio do Itaramaty, a sede da prefeitura do Rio de Janeiro, “caveirão” e a bandeira do Brasil, para constituir um imaginário cultural social.

Figura 5: Capa jornal O Globo em 21/06/2013



Fonte: Acervo Digital O Globo

Figura 6: Pág. 6, Editoria O País, O Globo de 21/06/2013



Fonte: Acervo Digital O Globo

Em outra edição, publicada em 26 de junho pelo jornal *O Globo* sobre os protestos de rua realizados no Rio de Janeiro, existem outros elementos que podem ser identificados como “ecos da apreciação gramsciana na contemporaneidade de hegemonia cultural”, conforme os estudos de Moraes (2009). *O Globo* compõe a capa do jornal (figura 7) destacando duas manifestações nas ruas realizadas nas proximidades de favelas do Rio: uma feita por moradores da Rocinha e Vidigal e outra por moradores do Conjunto de Favelas da Maré.

Apesar de ambas terem o contexto social político de reivindicações levantadas no período histórico do “Junho Furioso”, e fomentado pelas manifestações populares exatamente iguais aos protestos ocorridos nas ruas do Centro da cidade do Rio, as notícias ganharam perspectivas antagônicas no enquadramento do noticiário elaborado pelo jornal na capa desta edição de 26 de junho de 2013. Utilizando o “chapéu” “O Brasil nas ruas”, *O Globo* traz como manchete principal a notícia da derrubada da Proposta de Emenda Constitucional, PEC 37, na Câmara dos Deputados em Brasília, com uma foto da presidente Dilma Rousseff e do ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) Joaquim Barbosa. A não aprovação da PEC 37 é um dos temas reivindicatórios dos manifestantes em diferentes protestos feitos nas capitais brasileiras. Como coordenada da matéria principal que compõem a capa, *O Globo* publicou a notícia do protesto feito por moradores das favelas Rocinha e Vidigal, localizadas na Zona Sul do Rio de Janeiro, utilizando uma foto do protesto de rua quando chega à Avenida Niemayer com o seguinte título: “Rocinha e Vidigal vão ao Leblon e voltam em paz”. A imagem da manifestação ocupa parte do 1º plano do jornal e do 2º plano.

No rodapé da capa do jornal, separado por um fio (diagramação), *O Globo* também destaca a manifestação realizada no Conjunto de Favelas da Maré. Entretanto, seja pelo título da notícia “Conflitos entre bandidos e Bope, após passeata, mata 9 na Maré”, ou seja, pelo de uso do recurso de diagramação (fio) para separar as duas notícias, a semiologia construída segundo os pressupostos de Barthes (1977) da capa de 26/6/2013 de *O Globo*, põe o conflito após uma passeata em Bonsucesso, na Maré, fora da onda de protestos de rua classificada pela publicação de: “O Brasil nas ruas”.

Figura 7: Capa de O Globo de 26/6/2013



Fonte: Acervo Digital O Globo

Figura 8: Pág. 14, Editoria O País, O Globo de 26/6/2013



Fonte: Acervo Digital O Globo

de que a manifestação era uma resposta dos moradores às mortes ocorridas na noite de 26 de junho de 2013, e não em consequência da série de protestos do “Junho Furioso”, que acontecia concomitantemente com manifestações no Centro da cidade do Rio de Janeiro e em outros estados do país.

Gramsci frisa que, do ponto de vista das corporações midiáticas, a regulação da opinião social acontece através de critérios exclusivos de agendamento de temas que estabelecem uma concepção dominante para conservar a unidade ideológica de todo o bloco social, determinando e unificando a ideologia referente a um estrato social (Gramsci apud MORAES, 2009, p.45). Essa percepção está concatenada com o conceito de identificar a mídia como um porta-voz, um grupo de pressão na constituição de uma expressão cultural acerca de um grupo, fato ou discurso conforme o conceito de *carrier-groups* de Alexander (2002).

Como porta-vozes, os meios de comunicação disseminam conteúdos que ajudam a organizar e unificar a opinião pública em torno de princípios e medidas de valor. Por isso, “formar a opinião pública é uma operação ideológica ‘estritamente ligada à hegemonia política, ou seja, é o ponto de contato entre a ‘sociedade civil’ e a ‘sociedade política’, entre o consenso e a força” (Gramsci, apud MORAES, 2009, p.46).

Agnes Heller (1972), em seus estudos referentes aos preconceitos agendados no cotidiano, revela que preconceitos têm a função de consolidar e manter a estabilidade e a coesão de integrações sociais, principalmente, em relação às classes sociais. Essa função de mantenedor da estabilidade e da coesão dos preconceitos só é desempenhada quando estas estão internamente ameaçadas. Por isso, a maior parte dos preconceitos é produto das classes dominantes, pois é a elas que interessa manter a coesão de uma estrutura social conseguida, em parte, graças à mobilização através de preconceitos que representam interesses diversos ou até mesmo antagônicos.

Ora, os preconceitos são passados e adquiridos por diversas formas, dentre elas, a partir da linguagem, de códigos e símbolos utilizados na linguagem, nos discursos, como destacado por Barthes (1977). Isso porque, segundo o filósofo, a língua, por função, não é nem reacionária e nem progressista. A língua é simplesmente fascista porque ela é obrigada a dizer. Essa perspectiva é importante porque a mesma edição do jornal *O Globo* promove um enquadramento jornalístico diferente para a manifestação que aconteceu no Leblon, com articulação e participação de moradores das favelas da Rocinha e Vidigal. Na página 14 de *O Globo*, na editoria *O País* com a manchete “Protesto da Rocinha fecha Av. Niemeyer” e subtítulo “Grupo pacífico seguiu até o Leblon. Em Niterói, manifestação fecha acesso a Ponte”, o jornal enquadra e faz questão de destacar a informação de que a manifestação dos moradores de favelas no Leblon ocorreu sob a ordem da paz. Esse é o discurso que é estabelecido pelo título da notícia: um discurso de paz e ordem social. Dessa forma, a linguagem é obrigada a dizer pelo silêncio das palavras que oculta, por meio de um código de estereótipos, uma mensagem diferente para o outro protesto de rua realizado por moradores de favelas da Maré, cujo propósito de reivindicação era o mesmo: manifestar-se contra uma série de problemas sociais no espaço urbano da cidade, seja na Zona Sul ou na Zona Norte, que precariza a condição de vida da população pobre e até da rica, tais como: falta de estrutura para mobilidade urbana, corrupção do Estado, a defesa aos direitos humanos, e aquela que foi a motivadora dos protestos nas ruas do “Junho Furioso”: o aumento da passagem de ônibus sem melhorias na prestação de serviço à população das empresas operantes no sistema viário na cidade do Rio de Janeiro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nos moldes de uma sociedade contemporânea regida pela mídia, as narrativas jornalísticas passam a alterar condutas sociais, a percepção de realidade e projetar o medo, produzindo uma representação de vitimização virtual⁴ (VAZ, 2007), além de influenciar o debate público. Na prática, as notícias de crime causam uma sensação do cotidiano na sociedade como de perpétua violência e insegurança que horroriza e ao mesmo tempo entretém os brasileiros, gerando assim um problema maior do que a própria sensação de insegurança: a percepção de desorganização de toda a sociedade. Na relação de controle social e violência criminal, o que se vê é um retrocesso, ou seja, uma busca por soluções já ultrapassadas, comprovadamente ineficazes, que são legitimadas pela manutenção da retórica midiática e da ideia do risco⁵. Essa relação possui particularidades que podem ser abordadas em diferentes contextos e esferas do cotidiano.

Segundo Moraes (2009), como mediadora “autoassumida dos desejos” da sociedade, a mídia tenta identificar indicações do cotidiano e eventuais alternâncias que podem “incidir em predisposições consensuais ao consumo”, seja um consumo de mercadorias ou de representações do real pelo capital. “Para tentar sintonizar-se com essas demandas, os veículos procuram substituir formas disciplinares clássicas por um marketing mais macio e persuasivo, capaz de seduzir consumidores de diferentes estratos sociais e somar capitais publicitários e audiências” (MORAES, 2009, p.47). Usa ainda fórmulas de juízo de valor para, em maior ou menor grau, e essencialmente por razões de mercado, absorver determinadas inquietações do público.

Por isso, os meios de comunicação exercem, na contemporaneidade, os “ecos da apreciação gramsciana de hegemonia cultural”, para a manutenção de uma ordem de classe social já preestabelecida por intermédio de quatro ações, conforme analisado por Moraes (2009): 1) a elaboração e divulgação de equivalentes simbólicos para uma formação social já constituída e possuidora de significado; 2) propõe no discurso midiático a determinação de interpretação de fatos por uso de signos para a representação do real e a construção de uma verdade; 3) interferem na cartografia do mundo coletivo, propondo um conjunto de linhas argumentativas sobre a realidade, aceitas ou consideradas por amplos setores da sociedade; e 4) assumem uma função ideológica para composição de um imaginário e uma lógica da identificação social, com a função de escamotear o conflito hegemônico de disputa

⁴ Vitimização virtual é um conceito de Paulo Vaz (2007) que define a experiência de se sentir vítima de um crime ou violência a partir da crença construída por meio do relato de parentes e amigos sobre suas experiências e a partir do relato sobre sofrimento de estranhos que aparecem nos meios de comunicação. De fato, se para haver medo é preciso que os crimes sejam apreendidos como incidência, os meios de comunicação de massa são, portanto, uma fonte necessária para os indivíduos se pensarem como vítimas virtuais. Os meios de comunicação narram os crimes, determinando então os modos de sua retórica participar da constituição do sentimento de insegurança. A segunda é correlata; trata-se de saber como os indivíduos efetivamente apreendem as narrativas midiáticas de crime, construindo seus mapas mentais da cidade pela estimativa das possibilidades de vitimização virtualizada. VAZ, P. “Notícias de Crime e formação da opinião pública: o caso do referendo sobre o comércio de armas”. Disponível em <http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/07_PAULOVAZ_MAUICIO.pdf>. Acesso em 8 de dez. de 2013

⁵ O conceito de risco utilizado segue os preceitos teóricos de Vaz (2006). É um conceito de probabilidade, significando a chance que um indivíduo ou uma população possui de sofrer um dano futuro no seu equilíbrio vital. Para ele, o conceito de risco está substituindo o conceito de norma como a forma hegemônica na cultura ocidental contemporânea de se pensar o poder da ação humana. VAZ, P. Risco e Justiça. Programa de Pós-graduação da escola de comunicação da UFRJ. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/07_PAULOVAZ_MAUICIO.pdf>. Acesso em 8 de dez. 2013.

de classes na sociedade; assim a tarefa seria “dissimular a dominação e ocultar a presença particular, enquanto particular, dando-lhe a aparência do universal” (Marilena Chauí apud MORAES, 2009, p.45).

Dessa forma, é essencial ao processo de hegemonia e contra hegemonia a disputa do monopólio dos órgãos formadores de consenso. Afinal, são eles que estabelecem a análise de mundo da sociedade. São esses grupos que promovem os “modos de convencimento, formação e de pedagogia, de comunicação e de difusão de visões de mundo, as formas peculiares de sociabilidade, as maneiras de ser coletivas e as clivagens, assim como as contradições presentes em cada período histórico”, conforme observado por Virgínia Fontes (apud MORAES, 2009, p.46). Isso porque, segundo Gramsci, a imprensa se constitui em “partido”. Ou seja, instrumento de disputa de poder e consenso na sociedade. É quem conserva a função social de consolidar a coesão do conjunto de ideias da classe dominante, quem assegura a adesão dos outros segmentos da sociedade a sua ideologia e seus interesses.

É por isso que incluir o protesto da Maré na classificação “O Brasil nas Ruas”, tanto na capa como nas páginas internas do jornal *O Globo* ou levar às bancas uma capa de jornal como a da primeira versão do periódico *Meia-Hora de Notícias* em 21 de junho de 2013, representaria no plano discursivo uma “fissura contra hegemônica” na disputa de classe perpetrada pelo próprio aparelho privado de hegemonia cultural burguesa. O mesmo se pode dizer da capa e manchete do jornal *O Dia* de 21/6/2013, caso fosse mantido o enquadramento elaborado para a primeira edição do periódico do agendamento da “violência” como “sem controle”, uma vez que a construção semântica da manchete não definia quem era o agente da violência ou o quê estava sem controle. Portanto, essas edições de jornais teriam representado uma contradição do papel de porta-voz da cultura de controle e ordem social do Estado, exercido e legitimado pelos *carrier-groups* através da imprensa.

Artigo recebido em 21/01/2013 e aprovado em 20/03/2014

REFERÊNCIAS

- AGAMBEM, G. **Estados de exceção**. Rio de Janeiro: Boitempo, 2010.
- BARTHES, R. **Aula**. São Paulo: Cultrix, 1988.
- BOTTOMORE, T. **Dicionário do pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- FOUCAULT, M. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 2010
- GITLIN, T. **Mídias sem limite: como a torrente de imagens e sons domina nossas vidas**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- HELLER, A. **O cotidiano e a história**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.
- LOCATELLI, P. **#VemPraRua: as revoltas de junho pelo jovem repórter que recebeu passe livre para contar a historia do movimento**. São Paulo: Breve Companhia, Companhia das Letras, 2013.
- MELO, P. B. A pauta na capa: a mídia como porta-voz do medo – um estudo sobre a revista Carta Capital. **Comunicare: Revista de Pesquisa Faculdade Cásper Líbero**, v.9, n.1, 2009. Disponível em: <http://www.facasper.com.br/_upload/publicacoes/8/Communicare%209.1.pdf>. Acesso em: 9 dez. 2013.

MORAES, D. Imaginário Social, hegemonia cultural e comunicação. In: MORAES, D. **A batalha da mídia**. Rio de Janeiro: Pão e Rosas, 2009.

_____. **O capital da mídia na lógica da globalização: por uma outra comunicação**. Rio de Janeiro: Record, 2003.

MORETZSOHN, S. **Pensando contra os fatos. Jornalismo e cotidiano: do senso comum ao senso crítico**. Rio de Janeiro: Revan, 2007.

RAMOS, S.; PAIVA, A. **Mídia e violência: como os jornais retratam a violência e a segurança pública no Brasil**. Rio de Janeiro: Cesec, 2005.

REGO, B. O estado em Marx e a teoria ampliada do estado em Gramsci. In: COLÓQUIO DE COMUNICAÇÃO CERMAX, 20., 2007, Campinas. **Anais eletrônicos**. Campinas: Unicamp, 2007. Disponível em: <<http://www.unicamp.br/cemarx/ANAIS%20IV%20COLOQUIO/comunica%E7%F5es/GT2/gt2m5c5>>. Acesso em: 2 jan. 2014.

SANTOS, P. R. F. A questão do Estado ampliado e o conceito de sociedade civil em Gramsci. In: SEMINÁRIO DA ESCOLA DE TRABALHO SOCIAL, 20., 2009, Córdoba. **Anais...** Córdoba, Argentina, Universidade Nacional de Córdoba, 2009. Disponível em: <http://www.ets.unc.edu.ar/xxseminario/datos/2/2brFelixdosSanto_stamp.pdf>. Acesso em: 23 dez. 2013.

VAZ, P.; LISSSOVSKY, M. Notícias de crime e formação da opinião pública: o caso do referendo sobre o comércio de armas. **Logos: Mídia e Democracia**. Rio de Janeiro, v.27, 2007. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/07_PAULOVAZ_MAUICIO.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2013.

VAZ, P. Risco e justiça. Rio de Janeiro: Programa de Pós-Graduação da Escola de Comunicação da UFRJ, 2006. Disponível em: <http://www.logos.uerj.br/PDFS/27/07_PAULOVAZ_MAUICIO.pdf>. Acesso em: 8 dez. 2013.